

PRIMEIRA LINHA

[CRISE DOS COMBUSTÍVEIS]

Dedução no IRC ditou fim do bloqueio

As medidas que “mataram” a paralisação dos camionistas foram idênticas às oferecidas, e recusadas, dias antes. Governo acatou receber “quem virou país ao contrário” e desautorizou o “representante legal” do sector.

Filipe Paiva Cardoso filipecardoso@mediainfinito.pt

As medidas apresentadas no final da primeira reunião entre a Associação Nacional dos Transportadores Rodoviários de Mercadorias (Antram) e o Governo, realizada na segunda-feira passada, permaneceram praticamente inalteradas no documento final apresentado aos camionistas. Na segunda-feira à noite estes recusaram-nas e, na quarta à noite aceitaram-nas. Pelo meio quase se instalou o caos, morreu um camionista e Mário Lino foi obrigado a receber “três pessoas que representavam quem virou o país ao contrário”, algo que a Antram viu “com muita estranheza”, até porque foram mantidas negociações separadas mas com o mesmo resultado.

Mas não foi só a associação que estranhou. Também Francisco Van Zeller, presidente da Confederação da Indústria Portuguesa (CIP), criticou a actuação do ministro das Obras Públicas: “Estes senhores [representantes da comissão dos camionistas] não pertencem à Antram e não têm o direito de negociar nada. A Antram é o representante legal [da classe] e é quem tem que seguir com as negociações”, disse em declarações à agência Lusa. No próprio dia em que o acordo foi oficialmente assinado, na última quinta-feira, hou-

ve um novo “incidente diplomático” a envolver Mário Lino, a comissão e a Antram, com esta última a recusar participar na cerimónia de assinatura com os segundos. “Vimos com muita estranheza o ministro aceitar receber aquelas três pessoas que representavam apenas os que viraram o país ao contrário” apontou fonte da direcção da Antram ao Jornal de Negócios.

Governo admite vulnerabilidade
José Sócrates, durante o debate quinzenal parlamentar dedicado ao tema dos combustíveis, admitiu que sentiu “o Estado vulnerável” em algumas alturas durante a paralisação dos transportadores de mercadorias. “Todos temos que tirar lições do que aconteceu nestes três dias. Uma das lições que tirei: nalguns momentos eu senti o Estado vulnerável”, referiu o primeiro-ministro.

Sobre as críticas à actuação policial, Sócrates apontou apenas que o Governo “agiu com proporcionalidade”. Uma opinião, aliás, apoiada por alguns transportadores contactados pelo JDN, que louvaram a postura das autoridades – “que chegaram a ajudar a parar alguns camiões” – que, se tivesse sido mais agressiva, garantem, teria resultado numa resposta idêntica por parte dos

motoristas presentes nos piquetes.

As medidas e a maquilhagem

A única diferença entre o primeiro “pacote” oferecido aos camionistas e o acordo final residiu na introdução da majoração de 20% nas despesas de combustível – se gastam 100 euros em gasóleo podem descontar 120 euros para efeitos de IRC –, uma medida que o sector, aliás, vê como pura maquilhagem. “Não vai dar em nada, são muito poucas aquelas [empresas de transporte] que dão sequer lucro”, avançou o dono de uma transportadora com mais de 20 camiões.

No lado oposto está a indexação do preço do frete ao gasóleo, uma medida que já existe em França e que pode ser a “tábua de salvação de muitas pequenas e médias transportadoras” em Portugal, assim como a obrigação dos clientes começarem a pagar a 30 dias – normalmente entre o dia do transporte e o dia do pagamento passam-se 120 dias. Apesar disso, os empresários das transportadoras duvidam muito da operacionalização desta medida. “Até que ponto é que a economia portuguesa está pronta para isso [pagar a 30 dias] quando o próprio Estado é o pior pagador de todos?” questionam-se.



José Sócrates | “Nalguns momentos senti o Estado vulnerável”